A25 REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

N.º 48 / JULHO A SETEMBRO 97 / ANO 11

EDITORIAL

O período de férias de verão é propício ao exercício de leituras mais ligeiras e também de mais ligeireza na leitura dos jornais, que vamos percorrendo "em diagonal ", enquanto aquecemos para uma incursão nas águas do mar, ou secamos ao sol do banho que acabámos de tomar. De quando em vez lá somos apanhados nas malhas de uma notícia mais sensacional, de uma entrevista mais provocatória, de um texto de opinião mais controverso, que merece honras de ser comentado nas conversas da roda de amigos da esplanada do café.

São algumas destas que agora recupero e trago à conversa deste fórum mais alargado que é o das leituras de "O Referencial ", porque não devem deixar indiferentes a maioria dos que, na A25A, são cidadãos empenhados no 25 de Abril e no processo de reinstauração da democracia em Portugal.

1. Em 15 de Agosto, nas páginas do "Expresso", Vasco Graça Moura (VGM) brinda-nos com uma peça, no estilo caceteiro que, de alguns anos a esta parte, decidiu adoptar para zurzir os seus adversários políticos. A propósito do incidente diplomático que sacrificou o embaixador português na África do Sul, que suscitou opiniões divergentes e nem por isso menos legítimas, VGM titulou o seu texto "*O pontapé no rabo*" e desce ao ponto de classificar o presidente da República da África do Sul de "*duvidosamente respeitável Sr. Nelson Mandela*". Esta referência a um Homem considerado em todo o mundo, muito justamente, como uma referência política e humanista deste final de século, prémio Nobel, símbolo de uma resistência vitoriosa contra um dos mais ignóbeis regimes político-sociais que a história regista, que recolheu o respeito universal pela forma como, uma vez no poder, foi capaz de ultrapassar os seus eventuais ressentimentos pessoais contra os responsáveis pelas violências de que fora vítima e conter as possíveis vinganças e desforços que pudessem surgir entre os ex-perseguidos do *apartheid* quando a correlação de forças se inverteu, que está envolvido em causas que têm particularmente a ver com os interesses nacionais portugueses, este insulto a Nelson Mandela revela, para além de um sectarismo que é exactamente a antítese das virtudes que este simboliza, uma falta de sensibilidade chocante para quem se apresenta como um intelectual. E fica a saber-se que, numa hipotética futura inversão do quadro político, se VGM viesse a ter responsabilidades na área das relações externas, veríamos Portugal subscrever uma nova prática diplomática, a diplomacia do "pontapé no rabo", que VGM tanto censura ao governo português por não ter assumido agora.

2. Em 24 de Agosto, a imprensa escrita e audiovisual, dá larga cobertura a declarações do actual dirigente militar da resistência timorense, Konis Santana, com as quais este quis provocar o empenhamento objectivo do governo português no apoio à sua causa. Entre outras questões interrogava se as FALINTIL podem ser consideradas como parte integrante do exército português e,

(Continua na pág. 20)

SUMÁRIO

Editorial 1

Ler, Ver e Ouvir 3

Opinião ..... 4 a 9

25 de Abril, Ano XXIII ..... 10 a 12

Recordar a Nossa História ..... 13 e 14

Vida Associativa ..... 15 e 16

Da Direcção ..... 17 e 18

Desporto e Recreio 19

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DIRECÇÃO:
Pedro Pezarat Correia

IMPRESSÃO:
Tip. Escola ADFA
Rua Artilharia Um
Telef. 385 35 93
1070 LISBOA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
4500 exemplares

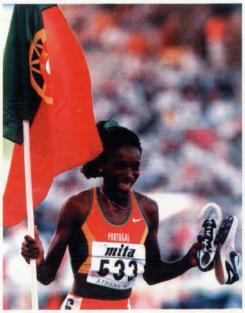
ENDEREÇOS:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
Tel. 4198105 • Fax 4198130
2795 Linda-a-Velha
DELEGAÇÃO DO NORTE
Apartado 4678
4012 PORTO
DELEGAÇÃO DO CENTRO
Apartado 3041
3000 COIMBRA
DELEGAÇÃO DO CANADÁ
153 Hamilton St
Toronto - Ontario – M4M 2C9
NÚCLEO DO ALGARVE
Rua Francisco Gomes, 18 - 1.º
8000 FARO
NÚCLEO DE CASTELO BRANCO
Bairro Buenos Aires, 47
6000 Castelo Branco

Depósito Legal N.º 32998/89

CARLA SACRAMENTO

Entrevista ao "Diário de Notícias"

"Sou uma rica menina"



Como se vê, também no Desporto é importante manter abertas AS PORTAS QUE ABRIL ABRIU. Talvez que o valor da Carla Sacramento como atleta se viesse a revelar noutra qualquer oportunidade. Mas é significativo para nós, e a A25A orgulha-se do facto, que o primeiro passo para a Medalha de Ouro em Atenas lhe tenha sido proporcionado pelas Comemorações do 25 de Abril.
Com atraso mas com muito gosto, daqui a saudamos e lhe desejamos muitos êxitos.

M.R.

DN - Como e quando adquiriu gosto pela prática do atletismo?
Carla Sacramento - Aconteceu na primeira prova que fiz aos sete anos, levada pelo meu irmão nas comemorações do 25 de Abril. Fui a essa competição organizada no concelho do Seixal e desde aí nunca mais parei. Como já tive oportunidade de dizer publicamente, senti-me diferente, como quem procurava algo e, então, encontrei um porto de abrigo.

Fotografias gentilmente cedidas pela Agência de Notícias LUSA

Na capa: *" O SAPATILHA", mascote da "FESTA JOVEM", concepção do nosso associado JORGE RIBEIRO*

Por iniciativa do "Editorial Notícias", o "Diário de Notícias" começou a publicar, em 21 de Setembro, em fascículos, a obra dos nossos associados Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, intitulada "Guerra Colonial", de que a A25A já recebeu, por gentileza dos mesmos, o primeiro exemplar.

Pelo nível intelectual dos autores, pela sua experiência militar, pela honestidade que têm revelado na abordagem destes temas e pelas provas já dadas em obras suas anteriormente publicadas, justifica-se a enorme expectativa que o anúncio deste trabalho vem suscitando. Admitimos que venhamos, finalmente, a dispor da obra que já tardava sobre a guerra colonial, o fenómeno político, militar e social que mais terá marcado a história portuguesa da segunda metade do séc. XX.

Guerra Colonial

ANGOLA · GUINÉ · MOÇAMBIQUE

Diário de Notícias

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A GUERRA COLONIAL

Há muito que me vem surpreendendo a inexistência de uma análise crítica e imparcial da vertente militar da guerra colonial. Trata-se de um assunto de grande interesse castrense e histórico que, todavia, não tem atraído a atenção dos estudiosos.

O Estado Maior do Exército publicou já um volumoso trabalho sobre o tema mas que, afinal, mais não é do que um repositório de factos e de estatísticas sem qualquer visão de conjunto.

A Guerra Colonial, obra de Freire Antunes, limita-se a compilar depoimentos de militares intervenientes nos três teatros de operações, o que não atinge a finalidade desejada por mim embora possa fornecer, aos que não viveram a situação real, uma ideia mais ou menos correcta do que foi a vida de campanha.

Também a generalidade dos militares se tem furtado a debater publicamente a guerra colonial, talvez por se sentirem pouco à vontade como elementos fundamentais do que se passou ou por recearem ser confrontados com situações menos dignas e correctas que se verificaram.

Por isso merece realce e louvor a iniciativa que os Coroneis Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes tomaram de publicar, através do "Diário de Notícias", a sua obra **Guerra Colonial**, procurando analisá-la de um ponto de vista mais militar que político e abrir o debate público que há muito se impunha.

Merece realce e louvor a iniciativa que os Coroneis Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes tomaram de publicar, através do "Diário de Notícias", a sua obra *Guerra Colonial*.

É cedo ainda para tecer quaisquer considerações sobre este trabalho cuja publicação se iniciou em Setembro. Numa entrevista, os seus autores reconhecem a existência de limitações e que a sua obra traduz uma perspectiva portuguesa.

Seja como for, a faceta militar da guerra é apresentada aos leitores por Oficiais antigos combatentes, o que revela uma notável coragem e a intenção de preencher um incompreensível vazio histórico.

Obviamente não é objectivo desta crónica eliminar a grave lacuna existente. Para isso faltam-me competência, adequados meios de investigação e saúde. Pretendo, apenas, focar alguns aspectos que me parecem interessantes e que talvez possam servir de ponto de partida para uma análise mais aprofundada, inevitavelmente sujeita a controvérsia.

Começarei por me referir ao esforço de guerra. Sendo Portugal um país pobre e de débil estrutura económica, ao tempo isolado politicamente e alvo de frequentes ataques nos areópagos internacionais, a verdade é que (embora por caminhos ínvios e muitas vezes condenáveis) conseguiu suportar durante treze anos um conflito que alastrou a três frentes.

Como é lógico, isso teve reflexos na vida nacional embora talvez não tão graves como seria de supor. Mas se, na realidade, quisermos ser imparciais temos de reconhecer o extraordinário e prolongado esforço de guerra desenvolvido e a forma como se procurou minimizar as suas consequências económicas, já que politicamente o falhanço foi estrondoso.

De facto desde o princípio a guerra colonial estava votada ao insucesso. A experiência mostrava (e mostra ainda) que, na chamada guerra subversiva, a vitória pende para os guerrilheiros. Estes, tal como preconizou Mao-Tse-Tung, movem-se entre a população como peixe na água, conhecem profundamente o terreno, possuem um elevadíssimo grau de mobilidade e (o que é mais importante) lutam por um ideal.

Desde o princípio a guerra colonial estava votada ao insucesso.

Se a isto juntarmos o apoio político, militar e financeiro dispensado aos Movimentos de Libertação pelos Estados Unidos, pelo bloco de leste, pelos países nórdicos, pela China e pelas próprias nações africanas fácil é de compreender que o resultado do conflito se encontrava traçado desde o início. E foi isso que, lamentavelmente, o regime vigente não quis admitir.

É interessante referir que a estrutura dos poderes político e militar não foi a mesma nas três colónias em guerra.

Depois de um período inicial em que essa estrutura esteve sujeita a flutuações, acabou por ser adoptada para a Guiné a concentração numa só pessoa das funções de Governador Geral e de Comandante-Chefe enquanto que em Angola e Moçambique se estabeleceu a separação das duas cadeias hierárquicas, o que tornava extremamente complexa a unificação de perspectivas e conceitos.

Qual a razão desta diferença de critérios? Tal nunca foi explicado. A Guiné, com um território mais reduzido mas com uma situação militar em acelerada degradação, talvez possa aparentemente justificar uma concentração de poderes. Mas se em Angola ou Moçambique surgissem divergências entre os canais civil e militar, a quem caberia arbitrar e solucionar o contencioso?

Sendo a guerra colonial um conflito essencialmente terrestre, lógico é que o maior esforço operacional tenha recaído sobre o Exército.

À Marinha cabia a vigilância das costas por forma a evitar eventuais reabastecimentos do adversário por via marítima. Os Fuzileiros patrulhavam alguns rios e lagos e actuavam também como força de intervenção.

A Força Aérea efectuava missões de transporte, de reabastecimento, de evacuação de feridos e de mortos, de reconhecimento, de bombardeamento e de apoio directo a operações. Os Paraquedistas eram utilizados como força de intervenção.

As forças terrestres articulavam-se em dois escalões: Unidades de intervenção e unidades de quadrícula.

As unidades de intervenção tinham como base as forças especiais (Fuzileiros, Paraquedistas e Comandos) e, por vezes, eram reforçadas com tropas normais. Estavam subordinadas directamente ao Comandante-Chefe e intervinham em operações específicas em qualquer ponto do território , muitas vezes em reforço das unidades de quadrícula.

Estas tinham como base os Batalhões, aos quais eram atribuídas zonas de responsabilidade operacional o que impunha a instalação das suas Companhias em locais diversos a partir dos quais se desenvolvia a sua actividade. Criava-se, assim, uma malha ou quadrícula mais ou menos densa mas abrangente do território.

Todos nós sabemos isto. Mas sendo, logicamente, o efectivo total das unidades de quadrícula bastante superior ao das unidades de intervenção cabe perguntar se não teria sido preferível rarefazer a malha da quadrícula e deslocar para as unidades de intervenção as forças assim tornadas disponíveis. Tal criaria um maior potencial

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

interventor, permitindo uma actuação aparentemente mais eficaz.

Teria sido preferível adoptar este modelo? A pergunta mantem-se sem resposta concreta mas penso que em qualquer das hipóteses não seria afectado o resultado final. Ao contrário do que sucedeu no Vietnam, o nosso conflito africano não evoluiu progressivamente para uma guerra clássica que, a verificar-se, imporia uma revisão total dos conceitos estratégicos adoptados.

Face ao arrastar do conflito e à dificuldade cada vez maior de recompletamento de efectivos, veio a ser adoptada uma política de africanização das tropas. Surgem, assim, unidades mistas, unidades africanas com quadros europeus e unidades exclusivamente negras, como os Flechas (corpo auxiliar da PIDE/DGS), os Paraquedistas moçambicanos e os Comandos guineenses.

Recorreu-se, também, ao recrutamento de Oficiais e Sargentos oriundos das colónias em guerra, o que reforçou a possibilidade de os Movimentos de Libertação disporem de observadores no próprio interior do seu adversário.

Todavia a nossa africanização não pode ser assimilada à vietnamização realizada pelos americanos. Estes viram-se confrontados com uma agressiva e crescente contestação interna da guerra, o que os levou a uma progressiva transferência da responsabilidade operacional para os sul-vietnamitas por forma a ser possível reduzir os efectivos que tinham empenhados na luta e fazê-los regressar aos Estados Unidos.

A nossa actuação foi diferente e teve como objectivo básico o empenhamento dos africanos na nossa luta mas sempre com carácter supletivo e sempre em total subordinação ao comando português.

Aliás nunca teria sido possível por em prática o esquema americano pois, ao contrário do que sucedia no Vietnam, nunca existiu nas nossas colónias nenhum governo nativo que pudesse ser responsabilizado, o que automaticamente limitava a capacidade e as características da africanização, que não podia cair no vazio.

Nunca existiu nas nossas colónias nenhum governo nativo que pudesse ser responsabilizado.

Lamentavelmente a nossa política de africanização terminou de forma trágica e irresponsável com o abandono ao seu destino dos Comandos guineenses, que acabaram por ser chacinados. Com responsabilidades de quem?

Também há muito deveria ter sido revista e estabilizada a situação de combatentes africanos residentes em Portugal. Mantem-se, porém, a já tradicional apatia lusitana.

Conforme já tive ocasião de referir, a reconquista do norte de Angola constitui uma das páginas mais negras e mais sórdidas da nossa recente história militar.

Perante o espectáculo horrível com que iam deparando na sua progressão e possivelmente influenciadas pelos fazendeiros da "Coluna Salazar" que as acompanhava, a generalidade das nossas tropas respondeu ao terror com o terror, actuando à margem de todas as normas de guerra e realizando uma das chacinas mais sanguinários dos tempos modernos.

Depois, já no quadro tradicional da guerra subversiva, nos três teatros de guerra continuaram a ser perpretados actos de pura selvajaria, desde a tortura e eliminação de prisioneiros feitas por iniciativa própria ou em colaboração com a PIDE/DGS até a utilização de orelhas, narizes e dedos como troféus de guerra pendurados ao pescoço.

Sendo o mais conhecido, Wiriyamu não foi o único caso de massacre de populações negras. Só em Moçambique estão referenciados mais nove e outros terão ocorrido em Angola e na Guiné.

Seria esta a defesa da civilização ocidental e cristã tão apregoada pelo Prof. Oliveira Salazar? Como aceitar a passividade cúmplice das autoridades militares que nunca levaram a julgamento os implicados nas chacinas embora a sua grande maioria esteja perfeitamente identificada? Continua a evitar-se o amargo encarar de realidades desagradáveis.

Durante treze anos de guerra uma centena de Generais, Almirantes e Brigadeiros passou pelas colónias. Embora tenha havido casos de absoluta incompetência e inépcia, podemos dizer que, em termos gerais, a sua actuação foi inócua, não deixando quaisquer marcas especiais. Entendo, porém, que quatro nomes merecem uma referência particular.

O primeiro é o do então General Spínola. Possuidor de excelentes qualidades de comando, todavia deixava-as ofuscar por uma parcialidade e por uma sobranceria marcantes. Através de uma bem organizada campanha de promoção pessoal e de uma hábil gestão da sua imagem, Spínola conseguiu construir uma auréola de general quixotesco e romântico, o que o tornou conhecido e admirado não só no país como no estrangeiro.

Depois de, numa primeira fase, ter procurado resolver militarmente a situação na Guiné, acabou por reconhecer que tal era impossível e modificou a sua actuação, chegando mesmo a estabelecer contactos com Amilcar Cabral mas vindo a ser proibido, pelo Prof. Marcello Caetano, de prosseguir quaisquer negociações.

A acção de Spínola como Governador Geral deve ser considerada como notável pois conseguiu movimentar e articular a maioria da população e criar uma consciencialização política. Mas o mesmo não se poderá dizer da sua actuação militar.

Contrariando uma opinião mais ou menos generalizada, penso que não foi brilhante a sua intervenção como Comandante-Chefe, embora reconheça as crescentes dificuldades que teve de enfrentar.

As evacuações de Guilege e Gadamael, a proclamação em Madina do Boé da república independente da Guiné, a paralização da Força Aérea sob a ameaça dos mísseis terra-ar "Strella", constituem marcos amargos e dolorosos de uma trajectória descendente.

Os ataques ao Senegal e a Conackry constituíram desastres estrondosos pois nenhum dos objectivos fundamentais foi minimamente atingido. E, por outro lado, revelaram a mais absoluta inépcia política pois vieram a provocar fortíssima reacção internacional que complicou ainda mais a já difícil posição portuguesa.

Creio, portanto, que a actuação militar de Spínola não corresponde ao mito que sobre ela foi construido.

Uma segunda referência cabe ao General Kaúlza de Arriaga. Continua ele a proclamar-se o salvador de Moçambique com a sua celebrada operação "Nó Górdio", dirigida ao reduto central dos Macondes em Cabo Delgado e que constituiu a maior operação militar portuguesa em África. Todavia os resultados não foram nada brilhantes pois, aproveitando o facto de haverem sido militarmente desguarnecidas várias áreas, a Frelimo conseguiu alargar a sua acção até o paralelo da Beira. E daí em diante a situação agravou-se progressivamente.

Pouco antes de terminar a sua comissão, Kaúlza propôs superiormente a criação de um Comando-Chefe unificado para Angola e Moçambique, o que permitiria balancear forças de um lado para o outro conforme as necessidades. E disponibilizou-se para esse novo lugar. Porém o Conselho Superior de Defesa Nacional teve o bom senso de recusar a proposta e o o General Kaúlza de Arriaga regressou a Lisboa em 1973.

O que teria acontecido se a sua visão megalómana e irrealista tivesse sido aceite? Tanto quanto sei, na história militar não há memória de se haverem reunido num só dois teatros de operações tão diversificados e separados por milhares de quilómetros de território de países hostis. Daí que a

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

actividade logística e operacional fosse técnicamente impossível (ainda para mais com a nossa carência de meios), o que só apressaria a derrocada final.

Depois de haver exercido, de 1967 a 1969, as funções de Comandante Militar de Moçambique, o então General Costa Gomes foi nomeado Comandante-Chefe de Angola em 1970, onde teve uma actuação brilhantíssima.

Avaliando com extremas ponderação, clarividência e argúcia a situação militar que se lhe deparava, Costa Gomes concluiu que o fulcro do conflito se deslocara do norte para o leste. Tomou, então, a decisão brilhante de transferir para o leste diversos Batalhões que se encontravam praticamente inactivos no norte.

Procurou, assim, evitar que o MPLA (que, em 1965, iniciara a guerra no leste) concretizasse os seus objectivos fundamentais: A ligação com a zona norte através da Lunda e a penetração no planalto central.

E o certo é que a lúcida visão estratégica de Costa Gomes e a sua capacidade de decisão tiveram resultados altamente positivos, conduzindo à acalmia que se verificou até 1974.

Mas Costa Gomes foi mais longe. Num rasgo de clarividência, e depois de contactos prudentemente estabelecidos, conseguiu aliciar a UNITA de Jonas Savimbi levando-a a colaborar com as nossas tropas quer através de actividade operacional contra o MPLA quer no fornecimento de informações.

Mas Costa Gomes foi mais longe. Num rasgo de clarividência, e depois de contactos prudentemente estabelecidos, conseguiu aliciar a UNITA de Jonas Savimbi levando-a a colaborar com as nossas tropas quer através de actividade operacional contra o MPLA quer no fornecimento de informações.

Independentemente da amizade de quase quarenta anos que me liga ao Marechal Costa Gomes e do muito respeito que ele me merece, há que considerá-lo o mais notável e brilhante chefe militar da nossa guerra colonial, o único que conseguiu suster a marcha inexorável dos acontecimentos.

O quarto nome é, talvez, menos conhecido. Trata-se do General Bettencourt Rodrigues que, como Brigadeiro e sob as ordens de Costa Gomes, comandou em Angola a Zona Militar Leste.

Integrando-se perfeitamente nas directivas superiores, dirigiu inteligentemente e com excelente capacidade de comando e ponderação uma notável acção operacional, articulando engenhosamente os meios disponíveis e estabelecendo, com habilidade e bom senso, uma proveitosa ligação com Savimbi.

Nomeado Comandante-Chefe e Governador Geral da Guiné em substituição de Spínola, Bettencourt Rodrigues quase não chegou a ter tempo para definir os seus conceitos perante a gravíssima situação que encontrou. Surpreendido pelo 25 de Abril, acabou por ser passado compulsivamente à reserva.

Em Março passado o Marechal Costa Gomes concedeu à TVI uma notabilíssima mas polémica entrevista que, surpreendentemente (ou talvez não), pouco impacto teve na comunicação social.

Nessa entrevista foi, pela primeira vez, reconhecida publicamente e com frontalidade a utilização de napalm e de desfolhantes na guerra colonial. Todos nós que por lá andámos sabíamos perfeitamente o que se passou mas a realidade fora sempre escamoteada à opinião pública.

O napalm é uma substância altamente incendiária, viscosa e de enorme aderência, o que facilita a sua colagem aos alvos atingidos e torna quase impossível apagá-lo ou libertar-se dele.

Creio que foi utilizado pela primeira vez durante a sublevação na Baixa do Casaange (Angola) em Dezembro de 1960-Janeiro de 1961, nos implacáveis bombardeamentos efectuados pela Força Aérea que provocaram milhares de mortos.

Depois, na reconquista do Norte de Angola foram utilizadas Secções de Lança-Chamas, à semelhança do que ocorrera na Coreia e na própria II Guerra Mundial.

O napalm foi, ainda, empregado nos três teatros de operações, especialmente em bombardeamentos de quarteis e lavras levados a cabo pela Força Aérea.

A utilização de desfolhantes, particularmente o célebre "agente laranja" usado no Vietnam, teve como objectivo básico a destruição de lavras executada pela Força Aérea. Os resultados nunca foram claramente compensadores mas, desconhecendo-se então que tinha efeitos sobre o organismo humano, o "agente laranja" continuou a ser utilizado em larga escala.

Na referida entrevista, e surpreendentemente, o Marechal Costa Gomes afirmou que, ao assumir as funções de Comandante-Chefe, soube da existência em Angola de culturas bacteriológicas destinadas a utilização contra o adversário, tendo imediatamente mandado destrui-las.

Ora segundo telefonema de um tele-espectador, ao tempo em serviço na Força Aérea, idênticos caldos terão sido levados para a Guiné e para Moçambique, desconhecendo-se o que se passou depois quanto à sua eventual utilização ou destino final.

É evidente que a existência de uma arma tão terrível, expressamente proibida pelas convenções internacionais, não poderia ser ignorada pelo Governo de então. Não acredito que as chefias militares guardassem para si o segredo. Pelas gravíssimas repercussões internacionais que resultariam de um eventual recurso a armas biológicas o assunto teria, forçosamente, de ser do conhecimento do poder civil. A quem coube a iniciativa da produção, quem nela interveio e qual o destino dessas culturas?

Entendo que cabe ao Ministério da Defesa Nacional averiguar, pormenorizada e devidamente, o caso e informar o país das conclusões a que chegar. O nosso regime democrático assim exige. Mas, lamentavelmente, o Ministro parece considerar mais gratificante o desencadeamento de "guerrinhas" contra os militares.

E para quando o devido esclarecimento dos rumores de envenenamento de águas ocorrido em Setembro/Outubro de 1973 no distrito de Vila Pery (Moçambique) e que terá provocado mais de mil mortos vítimas de cólera?

O assunto é abordado no "Relatório da Comissão de Inquérito dos Massacres em Moçambique" subscrito pelo seu Presidente (o nepalês Shailendra Kumar Upadhyay), apresentado em 1974 na Assembleia Geral da ONU mas nunca divulgado em Portugal.

Creio, também, ser já altura de assumir e esclarecer a utilização operacional em Angola dos gendarmes catangueses ex-partidários de Moisés Tchombé, a actuação da África do Sul em Angola e Moçambique (nomeadamente através de apoio aéreo) e a intervenção de tropas rodesianas em Moçambique durante a permanência de Ian Smith no poder.

Só assim será possível clarificar devidamente a guerra colonial.

Esta crónica já vai longa e, por isso, há que terminá-la. Conforme escrevi no início, apenas pretendi chamar a atenção para alguns aspectos militares mais controversos da guerra colonial. E se, de facto, consegui levar os leitores a meditar um pouco sobre o assunto já terá sido compensador o tempo dispendido na elaboração destas linhas.

Nuno Fisher Lopes Pires

FAZ 20 ANOS QUE MORREU RAMIRO CORREIA – SOLDADO DE ABRIL

É isso, no dia 16 de Agosto, completam-se 20 anos, sobre a morte do Primeiro Tenente Médico Naval RAMIRO PEDROSO CORREIA, de seu nome, para a Revolução dos Cravos, simplesmente RAMIRO CORREIA.

Esta lembrança, desta figura inesquecível da Revolução dos Cravos, é tanto mais necessária, numa altura em que parece que já ninguém precisa do "25 de Abril".

Os actuais governantes e os que os antecederam são uns tecnocratas, que segundo afirmam vivem do presente e do futuro, não interessa a história, não interessa o que é esquerda ou direita, aumentam os lucros dos ricos, diminuem as bolsas dos pobres, cada vez é maior o fosso entre os que vivem bem e os que vivem com dificuldades ou até os que já não sabem o que é viver.

Por isso, eu, que era estudante na altura e que vivi intensamente o 25 de Abril e os anos que lhe seguiram, com grande esperança, com desejos de se criar uma sociedade justa, igualitária e solidária, não esqueço essas figuras que marcaram os anos de Abril e tal como foi muito justamente recordado há pouco tempo o Capitão Salgueiro Maia é altura de se lembrarem de outro "Capitão de Abril" que deixou marcas do seu trabalho pelo 25 de Abril, sendo certo que existirão muitos mais que também o merecem, mas agora que o RAMIRO CORREIA faz 20 anos que deixou o nosso convívio por isso essa merecida homenagem se impunha.

Por isso, eu, que era estudante na altura e que vivi intensamente o 25 de Abril e os anos que lhe seguiram, com grande esperança, com desejos de se criar uma sociedade justa, igualitária e solidária, não esqueço essas figuras que marcaram os anos de Abril.

RAMIRO CORREIA, "Capitão de Abril", membro do Conselho da Revolução chefe da 5.ª Divisão do EMGFA, responsável pela Dinamização Cultural, o Esclarecimento e a Acção Cívica, junto das populações mais carenciadas, um dos responsáveis pelo Boletim do MFA, o militar do MFA, que fez a ligação ao sector intelectual dos escritores e artistas plásticos, precisamente por ser considerado um dos militares mais cultos do MFA. Fez parte da Comissão Coordenadora do programa do MFA na Armada. Colaborou na Direcção Geral da Cultura Popular e Espectáculos. Foi responsável pelas Comemorações do 10 de Junho de 1974. Participou na Elaboração do Documento Guia do Projecto da Aliança Povo-MFA.

RAMIRO CORREIA, deixa o Conselho da Revolução antes do 25 de Novembro. Com este são extintas as campanhas de dinamização. Para o Soldado de Abril, que também era poeta, Portugal deixa de ser tempo de Revolução.

Ramiro Correia, apesar de a sua vida ter terminado cedo, foi suficiente para ter deixado uma obra, uma referência na Revolução dos Cravos, na queda do regime fascista em Portugal

Ignorado em Portugal, pelos novos responsáveis, dedica-se à tarefa de cooperante e segue para Moçambique como médico cooperante, aqui demonstra mais uma vez o seu espírito, humano e solidário, acompanhado pela esposa também médica.

Por designação do então Presidente de Moçambique Samora Machael, Ramiro Correia passa a fazer parte do Conselho Cooredenador do Hospital Central de Maputo. Porém, subitamente no dia 16 de Agosto, de 1977, quando passeava com a família, esposa e os dois filhos, numa embarcação de recreio, nas águas do Bilene, devido a uma onda mais forte a mesma se virou, morrendo este Capitão de Abril mais a esposa Isabel Lacximy e o filho mais novo Nuno, sobrevivendo o outro filho do casal, Ramiro Bernardino.

Será interessante passar dois pensamentos de Ramiro Correia, entre muitos expressos nas muitas entrevistas que lhe foram feitas, durante o período da Revolução.

"Entendemos por revolução modificar as estruturas que são exploradoras e opressivas da população portuguesa, para as substituir, para as renovar e modificar de tal maneira que passem a ser estruturas ao serviço de todo o Povo Português. Esse é o sentido da Revolução."

"A revolução não é para ninguém; a Revolução é de quem a faz, e, neste momento, todo o povo está a fazer a Revolução."

Ramiro Correia, apesar de a sua vida ter terminado cedo, foi suficiente para ter deixado uma obra, uma referência na Revolução dos Cravos, na queda do regime fascista em Portugal, para além de ter sido um óptimo estudante, um desportista e despertado cedo para os problemas sociais.

Os milhares de portugueses que o acompanharam à sua última morada, não o esquecem, não só os seus colegas de armas, mas o povo anónimo, no qual me encontrava, aquando da cerimónia fúnebre, em Outubro de 1977, que o povo nas ruas por onde passou o prestito entre o Ministério da Marinha e o cemitério do Alto de São João, sentiu, chorou e gritou bem alto "MFA, MFA" e "Grândola Vila Morena".

Foi a derradeira homenagem àquele que foi um dos mais puros representantes do Movimento das Forças Armadas, obreiro e continuador do 25 de Abril, um homem bom que morreu longe do seu país, porque alguém assim o quis.

Após as cerimónias fúnebres, seguiu-se passado uns dias, no Pavilhão dos Desportos, hoje "Carlos Lopes", em Lisboa, uma sessão de homenagem ao Ramiro Correia, a partir de então não mais foi lembrado, como aliás aconteceu com outros militares também desaparecidos.

Apelo à Associação 25 de Abril, para que lhe preste a homenagem que julgo como cidadão anónimo, mas fazendo parte daquele povo para que Ramiro Correia falava, a que tem direito.

Já agora uma última palavra, para essa sessão não convidem os "Assis" deste país, que apareceram agora na política portuguesa, para esses ficam os "banquetes" de hoje e de amanhã.

Viana do Castelo, Agosto/97

Rui Viana
Apoiante n.º 1751

EVOCAÇÃO

No belo papel de um seu belo filme, dizia o Clint Eastwood à Meryl Streep que toda a sua longa carreira de fotógrafo lhe parecia apenas uma preparação para aquele encontro da sua vida.

Nunca fui indiferente às emoções românticas, porém, daquela vez, algo mais dava força ao meu palpitar, a sensação de que já vivera um tal momento de suprema veracidade.

Tivera eu também a minha ponte mágica, momentos de entrega a mais pura, uma breve conjugação favorável dos astros.

Falo, como bem se entenderá, das duas centenas e meia de esbrazeados dias que nos levaram à Revolução de Abril e, olhando eu hoje para eles, em tudo quanto da minha vida ficou para trás vejo somente a fabricação de uma pitada de sal necessária a esse destino, enquanto tudo quanto vivi depois se afigura despiciendo.

Não estou a invocar um qualquer determinismo, estou apenas a sublinhar a existência dos grandes encontros a que somos convocados, para um só mérito de sabermos corresponder-lhes.

Iniciado no Movimento em Angola, tive a boa estrela de "cair" no BC 5 junto de três jovens capitães tão decididos como eu a correrem todos os riscos e assim partimos para a aventura. De qualquer modo, seria sempre estulto vangloriarmo-nos da luz ofuscante que iria brotar das nossas mãos como por milagre, porque estaríamos a usurpar um direito dos persistentes e corajosos lutadores que nutriram a resistência durante décadas de opressão.

Tivera eu também a minha ponte mágica, momentos de entrega a mais pura, uma breve conjugação favorável dos astros.

Falo, como bem se entenderá, das duas centenas e meia de esbrazeados dias que nos levaram à Revolução de Abril

Também é verdade que não teria sido necessário sofrermos as humilhações próprias dos desterrados das revoluções para percebermos essa inevitabilidade repetida ao longo dos séculos e que parece triste, pois faz dos seus autores uns autênticos "descartáveis".

A bem dizer, todavia, que é um homem senão apenas essa organização transitória do espaço e o tempo necessário?

Confesso que a desconfortável situação de andar por cá a mais me não ralou muito, gosto do cheiro da terra, de afectos e de outras minudências, não foi difícil acomodar-me à condição de um descartável reciclado, como benevolência suplementar que a vida me concede.

O protagonista da acção decisiva seria um juvenil capitão, que nem sequer conhecia, à frente de uma coluna de blindados ligeiros e munido da mais brava ousadia.

Esperava-me, no entanto, um desconforto muito mais comovido e intenso ao ler a biografia do Salgueiro Maia. Numa outra dimensão, num registo poderoso e trágico, perpassou o climax da sua existência, toda ela encadeada para os momentos decisivos da revolução.

Quando na nossa leda madrugada cumpria as minhas tarefas na ocupação da zona do Rádio Clube Português e do Quartel General da Guarnição Militar de Lisboa, sabia que os trezentos diligentes militares do BC 5 tinham criado as condições para o avanço de outras forças sobre Lisboa e facilitado a sua entrada por desmantelamento do aparelho de comando governamental, mas estava longe de supor que o protagonista da acção decisiva seria um juvenil capitão, que nem sequer conhecia, à frente de uma coluna de blindados ligeiros e munido da mais brava ousadia.

Em Campolide e S. Sebastião da Pedreira, acompanhamos de longe e quase incrédulos o feliz desenlace que o enérgico capitão alcançara.

A vida tem caprichos insondáveis, fizeramos uma revolução a dois passos um do outro, sem nos vermos, sem nos falarmos, e nem sei quantos anos se passaram até o

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

cumprimentar fugazmente por duas ou três vezes.

Acabaria por sentir em plenitude toda a espantosa força interior que possuía Salgueiro Maia ao visitá-lo no seu último aniversário, inacreditavelmente perto do fim.

Já então sabia o suficiente para ter dele uma imagem muito enaltecida e levava mesmo a intenção de lhe falar com algum recato de projectos em que me apetecia vê-lo envolvido.

Isso não aconteceu. No meio de muitos que o visitaram nesse dia, desdobrou-se num convívio de tal modo empenhado, numa aparência de serenidade, de bom humor, de tal forma assumida ou estoica que se criou uma ilusão intemporal e me fez adiar o inadiável.

As resistências e as revoluções são na sua maior parte conduzidas por homens vulgares cuja força de ânimo se alimenta da dignidade dos combates que travam.

Em todas elas há, porem, personalidades cuja chama arde com mais força ou mais luminosidade e assim se tornam o seu rosto visível nuns casos, a sua alma em muitos outros.

Salgueiro Maia era seguramente, um desses seres fadados para corporizarem as referências éticas das grandes intervenções cívicas e teve ainda o dom de se constituir como uma figura anatemizadora das hipocrisias institucionais.

Salgueiro Maia era seguramente, um desses seres fadados para corporizarem as referências éticas das grandes intervenções cívicas e teve ainda o dom de se constituir como uma figura anatemizadora das hipocrisias institucionais.

Chega a parecer impossível que tenha sido encostado à margem de umas forças Armadas que serviu com a maior dignidade e cuja honra tanto ajudou a resgatar.

Parece ainda mais impossível que o poder político do Estado Democrático saído do 25 de Abril tenha pactuado com o acinte.

Aparentemente, Salgueiro Maia já nem sequer valia um bom investimento na sua imagem impoluta e que se corresse o risco político de indispor algumas hierarquias militares ou certos sectores da nossa sociedade.

Seguindo os passos da sua vida, percebe-se melhor o embaraço de ser ele entendido e acolhido em sistemas instltucionais que tentavam recuperar do abalo sofrido com a revolução.

Ele não foi um rebelde, um insubmisso, por acaso.

Não foi por acaso o filho de um proletário ingressado numa Cavalaria de tiques aristocráticos e ideologia conservadora onde haveria de ser amesquinhado.

Não foi por acaso que conheceu a dura lição de África e se repugnou com as hierarquias militares e políticas.

Estivesse ele ainda entre nós e seria dos primeiros a dizer que, morrendo os homens, fica a esperança e seria também dos que nunca deixariam de lutar por ela.

Não foi por acaso que o cidadão guiou em si o militar, "crime" de que não teve perdão.

Não foi por acaso um extremoso pai adoptivo, um apaixonado das ciências sociais, da cultura, do mundo rural, da gente simples, tudo coisas muito humanas.

Não foi por acaso arisco aos novos poderes, avesso aos que se arvoraram em paladinos da verdade da pureza, enfim uma ameaça à constituição de outros interesses.

Tal como os olhos de Clint Eastwood, também os de Salgueiro Maia ajudaram a criar essa atmosfera poética digna dos cravos com que fomos brindados e, tanto ele como todos nós, tivemos em cada poro da Nação Portuguesa uma Meryl Streep de olhos transparentes e braços ternos que deram sentido à nossa vida. Aqueles vivíssimos momentos de felicidade não eram para durar, nunca são. Os mais pessimistas podem até pensar que Salgueiro Maia foi chamado pelos deuses e poupado a um maior aviltamento da sua revolução, mas não é esse o tipo de desânimo que nos deve possuir.

Estivesse ele ainda entre nós e seria dos primeiros a dizer que, morrendo os homens, fica a esperança e seria também dos que nunca deixariam de lutar por ela.

Lisboa, 23 de Abril de 1997

José Cardoso Fontão

25 ABR 97 EM TORONTO - CANADÁ

A nossa delegação em Toronto, crismada de "Núcleo Capitão Salgueiro Maia", resolveu este ano indicar o meu nome para representar a A25A nas comemorações do 23.° aniversário da data gloriosa. Que GOD os abençoe por terem-no feito. Apesar de pouco mais ter visto do que laboriosa cidade na semana que lá passei, gostei dela e da boa gente portuguesa que ali trabalha e com quem tive oportunidade de conviver.

Os principais elementos do "Núcleo" estavam à nossa espera no aeroporto. O Henrique Santos, o Mário Lebre, o Joaquim Paulo "Portugal", o Carlos Pereira, o Carlos Morgadinho, o Mário Corte-Real, acompanhados das respectivas esposas na quase totalidade. O José e a Ermelinda Monteiro chegaram logo depois, o que era importante e decisivo, pois seria em casa deles que nos iríamos alojar, eu e a minha mulher. E aí saiu-nos logo um prémio maior. A vivenda, constituída totalmente em madeira como todas as outras casas de Toronto e não sei se do Canadá inteiro, é magnífica, dispondo de enorme cave, rés-do-chão e primeiro andar, garagem para dois carros, quatro amplos quartos no piso superior, mais quatro assoalhadas (duas big salas) e uma vasta cozinha no r/c, com três casas de banho e praticamente um apartamento instalado na cave. Está situada em bela zona residencial, no lugar de Etobicoke, periférico em relação a Toronto. Não estão nada mal, os Monteiros, com uma presença de cerca de 32 anos no Canadá. Ele, nascido numa pequena aldeia perto do Bombarral, era jovem sargento técnico de electrónica na Força Aérea quando resolveu mandar a FAP às urtigas e emigrar para o Canadá, aliciado por um camarada e amigo que ao país tecia os maiores encómios e que o aliciou. A Ermelinda, jovem professora primária nascida em Mafra, não hesitou em rápidamente se ir juntar ao marido. Passado muito pouco tempo, ao acolher-se da chuva numa delegação do banco CIBC (Canada International Bank of Commerce), deparou com um anúncio solicitando empregada portuguesa. Logo ali se apresentou, foi aprovada e começou a trabalhar no dia seguinte. Reformou-se há poucos meses, com o salário por inteiro e em cargo de chefia, continuando a exercer funções,

agora em actividade privada, como consultora de investimentos. O José Monteiro chefia hoje o departamento técnico de electrónica de aviões de uma multinacional com capital maioritário dos USA.

Logo ali, na sala de estar muito confortável da Monteiro's home, começámos em assembleia a tomar decisões quanto ao programa a estabelecer para aproveitamento da nossa estada e do que estava preparado para o dia 25, afinal, o objectivo que ali me levava. Claro que ir a Toronto e não fazer viagem ate às cataratas do Niagara é como ir a Roma e não ver o Papa. Foi decidida a excursão para o dia seguinte. Para o 25A, informou o Mário Lebre que o ponto único e importante das comemorações seria o jantar organizado pelo "Núcleo" na Dundas Banquet Place da Dundas St. West, no qual se esperava a presença da mayor de Toronto, Barbara Hall, e dos dois vereadores de origem portuguesa, Mário Silva e Martinho Silva.

Ficámos, naqueles poucos e saudosos dias, a saber mais coisas importantes sobre o Canadá, suas contradições e contrastes. Sendo o segundo maior país do mundo em área (quase dez milhões de quilómetros quadrados) tem ainda uma baixíssima densidade populacional (população de eerca de 30 milhões) visto ser desabitado em considerável parte do território, não conquistada aos gelos polares. Por outro lado, sendo o país riquíssimo que é (um dos integrantes do "Grupo dos Sete"), o Canadá é considerado o país do mundo de melhor qualidade de vida, segundo o estudo publicado pela ONU em 1994. Este facto e as múltiplas vantagens sociais e económicas que apresenta fazem do país um El Dorado que, anualmente, acolhe mais de 200.000 imigrantes de todas as raças que ali fixam residência.

Nos principais meses de Verão, Julho e Agosto, a temperatura média situa-se com frequência nos 40° C, enquanto que no Inverno desce até aos 40 negativos! É obra! Mas todos vivem felizes e contentes e gostam mais do Inverno, pois estão preparados para o enfrentar, com as casas equipadas com aquecimento central. Quanto à "Snow" não há problemas, dispõem também do material necessário à remoção diária.

A Ermelinda Monteiro diz que não há português nenhum no Canadá que chame "neve" à "snow" e ela tem enorme dificuldade em se lembrar da palavra portuguesa. Perguntei-lhe se, quando contasse ao neto Christian a história daquela miúda linda que se tornava companheira querida dos sete anões também lhe chamaria "Branca de Snow". Achou muita piada e prometeu recuperar a "neve".

Em Toronto há 375 parques que

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

compreendem uma área total de quase 700 hectares, sendo o espaço arborizado de 1,2 hectares por cada 1.000 pessoas da cidade. São dados estatísticos que dão uma ideia generosa deste complemento do meio ambiente urbano da cidade. Em Abril, não vimos ainda uma única folha ou flor a despontar. As árvores, belíssimas, completamente despidas. Dizem-nos os companheiros que a grande explosão de verde e de flores surge apenas na segunda quinzena de Maio e durante os cinco meses de Verão, tornando Toronto de uma beleza imcomparável. Registei, para uma provável futura visita.

Maravilhámo-nos com as Niagara Falls e a sua imponente massa de água caindo de cem metros na maior altura. Grande parte do caudal do rio ainda estava transformada em enormes massas de gelo. Nas quedas canadianas, em arco de ferradura (as Canadian Horseshoe Falls), a altura é apenas de cerca de 52 metros, não deixando por isso de ser as mais belas do panorama de conjunto.

Achámos interessantíssima a obra de engenharia que permite hoje a passagem de navios desde a embocadura do rio S. Lourenço até ao Lago Superior, a um nível muito acima das águas do Atlântico, através de um engenhoso sistema de comportas e de canais que não vou aqui descrever em pormenor, e que permite a navegação num percurso de 3.800 quilómetros.

Para encher o olho turístico ainda tivemos oportunidade de visitar os dois verdadeiros ex-libris da moderna Toronto, a CN Tower, a mais alta torre de telecomunicações do mundo (mais de meio quilómetro em altura total!), e o Sky Dome, um estádio coberto com capacidade para 60.000 espectadores e com telhado retráctil que pesa "apenas" 11 toneladas e que, accionado, põe o estádio multi-usos a descoberto em apenas 20 minutos! Um assombro de engenharia!

Em termos de actividade política, e tendo como suporte basilar de diálogo o nosso 25A, fui entrevistado em duas estações de rádio: na multicultural CIRV por José Mário e nas "Asas do Atlântico" por Carlos Gaspar; fui recebido na Câmara Municipal de Toronto pelo vereador Martinho da Silva, nascido em Portugal e com boa cotação política, que me acompanhou em visita ao belo edifício do City Hall; dei uma entrevista a Bill Moniz de origem açoreana, of course, no canal 47 da Televisão Multicultural; e um bom bate-papo, distendido, na pequena biblioteca da Casa do Alentejo, com estudantes das Universidades de York e Toronto.

Em 25, à noite, tivemos então o jantar comemorativo. Bem organizado, com mais de 150 presenças, numerosos grupos familiares e muito entusiasmo. Ficámos numa mesa com alguns vereadores do City Hall, todos do mesmo partido de esquerda, entre eles Martinho da Silva, representando a mayor, Barbara Hall, que, afinal, não chegou a comparecer como era esperado. No fim da festa, para encerramento da sessão, acabou a cantar comigo no estrado, como solistas, a "Grândola, Vila Morena". Fez também, em nome da presidente do município, o discurso político da noite. Houve várias intervenções de pessoas que tinham, com emoção, alguma coisa para dizer.

Coube-me a leitura da mensagem, enviada por fax, da nossa Associação e que veio transcrita no número 47 do "Referencial". E não pude deixar de, invocando Abril, enaltecer as qualidades de dedicação, de coragem, de honestidade e de trabalho que os nossos emigrantes, de forma geral, têm alardeado pelo Mundo, conferindo assinalável prestígio às comunidades portuguesas.

Foi bom estarmos com aquela boa gente portuguesa em terras do Canadá. O MFA tem para com eles um reconhecimento agradecido pela boa intenção. Afinal, foi o meu amigo José Monteiro e outros compatriotas que, cavalgando o corcel alado e etéreo da utopia, recolheram em 1975 as assinaturas graúdas e necessárias para proporem à Comissão do Prémio Nobel em Oslo a atribuição do Prémio da Paz daquele ano ao glorioso Movimento, responsável pela reconquista da Liberdade e da Dignidade para o Povo Português após 48 anos de fascismo, pelo fim da guerra colonial em três (ex)colónias portuguesas e reconhecimento do direito dos seus povos à independência, pelo isolamento, devido ao rápido processo de descolonização, dos regimes racistas da Rodésia e da África do Sul, acelerando o seu fim previsível, enfim, pela contribuição enorme do MFA para a Paz entre os Povos.

Foi obra! Mesmo não tendo alcançado aquele desiderato, merecem o nosso reconhecimento e aplauso.

Até à próxima, Companheiros!

Otelo Saraiva de Carvalho

QUE SIGNIFICA A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS?

Pelo interesse do seu conteúdo e pelo significado do espaço e do local em que é publicado, inseriremos, na íntegra, e com a devida vénia, o texto subscrito por Fernando José Brum, no "Jornal Português", de Sam Pablo, Califórnia, de 1 de Maio de 1997.

EM 1957, o vulcão dos capelinhos, ao rebentar na ilha do Faial, concedeu a muitos a possibilidade de emigrar para os Estados Unidos e, com a chegada ao novo mundo, a liberdade. Os que permaneceram, só a conquistaram a 25 de Abril, de 1974, com a Revolução dos Cravos, em que, a ditadura foi derrubada e Marcelo Caetano retirado do poder pelos capitães das forças armadas.

Num discurso que, recentemente, proferiu na ilha da Graciosa, o Chefe do executivo Açoriano Carlos César, dirigindo-se à juventude, pediu para "não se branquear o passado e que lhes contem, por exemplo, que, naquele tempo, os mortos votavam e alguns funcionários do Governo traziam boletins de voto preenchidos para serem depositados nas urnas".

No Parlamento, o Presidente da República Jorge Sampaio, durante a sessão comemorativa do 25 de Abril, afirmou "que o Estado precisa de exercer a sua autoridade democrática, legitimada pelo voto livre dos eleitores." Isto mereceu de forma espontânea, palmas da bancada do PSD. Aplausos que, segundos mais tarde foram para os deputados do partido do Governo.

O Chefe de estado não ficou por aqui e ainda teimaria em esclarecer que "a democracia é o regime da tolerância mas não da permissividade ou de demissionismo". A democracia, acrescentou, "é o regime da liberdade mas não da insegurança. É o regime da negociação, do diálogo, da concertação e, se possível, do consenso, mas também – não o esqueçamos – da decisão, da iniciativa, das reformas, da autoridade democrática".

Por seu turno, o Presidente Açoriano, disse que, comemorar o 25 de Abril "continua a ser uma obrigação democrática e o exercício de um dever pedagógico perante as novas gerações, que nasceram e se formaram respirando a liberdade".

Carlos César referiu que, na ditadura, "a pressão totalizante do poder político manteve-se sempre em prejuízo da generalidade dos direitos e liberdades e garantias dos cidadãos" adiantando que "a descentralização nunca se conciliou com a ditadura".

Foi o salazarismo, referiu, "que pôs termo a veleidades autonómicas dos açorianos, através da destruição dos ensaios legislativos do fim da monarquia e durante a primeira República e com a asfixia financeira das então Juntas Gerais".

Longe das nove pérolas do Atlântico, o 25 de Abril passou, quase despercebido, nem se viu coroas de cornos. Neste país de grandezas, a liberdade perdura desde que foi instaurada a constituição dos Estados Unidos, em 1789. E a 15 de Dezembro, de 1791 foi-lhe adicionado o "Bill of Rights" garantindo ao povo a liberdade de expressão.

Segundo a história mundial, Galileu ao associar-se à filosofia de Copérnico foi condenado a cadeia perpéctua e sob ameaça de tortura terá abjurado a teoria de que a Terra rodava sobre si à volta do Sol localizado no centro do mundo, mas antes de inspirar o último folêgo terá insistido que a Terra rodava à volta do Sol.

Isto significa que, embora tenhamos que engolir algumas palavras, no fundo os inconformistas acabam por conquistar a liberdade que todos merecemos.

FERNANDO JOSÉ BRUM

A RESTAURAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1640

1. Falta pouco tempo para que se comemore esta data importante da História de Portugal numa época em que as fronteiras já não constituem obstáculo ao relacionamento entre os povos e em que prossegue a integração europeia.

Por outro lado, esta rememoração pretende ser um pequeno contributo ante o fraco panorama dos nossos meios de comunicação social, frequentemente omissos ou difusores de posições desfavoráveis (com que bases historiográficas?) ou enganosas àcerca da acção dos Portugueses.

Não se entenda neste artigo qualquer dose de nacionalismo estreito nem recusa da Europa, mas apenas o direito à memória e à consideração do nosso património colectivo num mundo cada vez mais globalizado e competitivo, em que os processos de hegemonização são cada vez mais sofisticados.

O direito à memória e à consideração do nosso património colectivo num mundo cada vez mais globalizado e competitivo, em que os processos de hegemonização são cada vez mais sofisticados

Para sermos europeus livres e respeitados, penso que temos de ser justos e gratos para com os nossos egrégios avós, o que implica um esforço para conhecê-los bem como às circunstâncias que tiveram de defrontar.

2. A perda da independência de Portugal em 1580 deu-se 2 anos depois da derrota na batalha de Alcácer Quibir, em que perdeu a vida o rei D. Sebastião sem deixar descendente.

Entre os seis candidatos à sucessão, adianta-se o rei Filipe II de Espanha, neto de D. Manuel I por via materna, que usa diversos métodos, incluindo a força, para fazer vingar a sua posição e aproveita-se da indecisão do velho regente, cardeal D. Henrique, que não teve a coragem de impor a solução nacional.

Com a ocupação filipina de Portugal, ou seja, a dominação dos reis de Espanha Filipe II, Filipe III e Filipe IV (Filipe I, II, III de Portugal) desde 1580 a 1640, Portugal acumulou múltiplos prejuízos de natureza política, económica e cultural.

De natureza política, porque deixou de haver Corte em Portugal, desaparecendo a iniciativa política, económica e cultural numa altura em que acelerava a competição entre as várias monarquias absolutas da Europa.

De natureza económica, com o seguinte balanço no quadro do Oceano Atlântico:

- Perda do ouro africano e das trocas do golfo da Guiné;
- Forte diminuição das culturas açucareira e tabaqueira e respectivo comércio;
- Insegurança na navegação oceânica e ameaças a Angola e Brasil por várias potências inimigas de Espanha;
- Os holandeses apoderaram-se de S. Jorge da Mina (1637) e Arguim (1638).

O balanço no quadro do Oriente é também muito negativo:

- A acção das Companhias das Índias orientais holandesas e inglesas reduziram a menos de 1/3 o comércio dos portugueses;
- Os ingleses apoderaram-se de Ormuz (1622) e os holandeses atacaram Macau (1622) e conquistaram Ceilão (1639) e Malaca (1641);

No aspecto cultural, foi também enorme o prejuízo, pois desapareceram muitas obras de arte, livros e manuscritos, e muitos homens de letras e artes foram atraídos a Madrid, Valladolid e Sevilha passando muita produção literária dos portugueses a ser feita em língua castelhana. Houve honrosas excepções, entre as quais se destacaram os monges de Alcobaça.

Com a ascensão de Filipe IV ao trono de Espanha e Portugal em 1621, a situação piorou para os portugueses pois o governo do seu ministro Olivares procurou acelerar a integração de Portugal na Espanha sem atender ao compromisso de Filipe II nas Cortes de Tomar de 1581, em que ficou assente a separação das duas coroas.

A Guerra dos Trinta anos em que a Espanha interveio foi também nefasta para Portugal, pois os inimigos de Espanha voltaram as suas armas tarnbém contra Portugal e as suas possessões ultramarinas, com os resultados que vimos.

A Inquisição também favoreceu a dominação espanhola e foi hostil à restauração da Independência de Portugal, pois exerceu acção esforçada na quebra da unidade nacional, forçando à fuga de muitos, semeando a constante inquietação nos meios de negócios e suscitando extrema desconfiança nos mercados de escoamento no estrangeiro dos produtos portugueses.

Em 1637 quando o preço do trigo sobe para mais do dobro entre Julho e Outubro, há revoltas em Évora e no Algarve, com o povo a reclamar contra a fome e o peso dos impostos.

Até que em 1 de Dezembro de 1640 uma conspiração de portugueses nobres e letrados, que sabem poder

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

contar com a adesão popular, realiza um golpe de palácio e restitui o trono a um Rei português, que foi D. João IV, da Casa de Bragança.

Foi no palácio de D. Antão Vaz de Almada, actual Palácio da Independência junto ao Rossio em Lisboa, que os conjurados fizeram as suas últimas reuniões de preparação do golpe de estado.

Daí partiram na manhã de 1 de Dezembro de 1640 para tomarem de assalto o Paço da Ribeira (na actual Praça de Comércio), onde é presa a duquesa de Mantua que governava Portugal em nome do rei espanhol e encerrada no Convento de Santos enquanto o seu secretário português Miguel de Vasconcelos é morto pelos revoltosos.

Nesse dia é aclamado em Lisboa o duque de Bragança, D. João IV, como rei de Portugal e durante 15 dias todas as terras do País abraçaram a causa da independência nacional.

D. João IV, casado com D. Luisa de Gusmão que muito o apoiou na sua acção política, era descendente de D. Catarina de Bragança, uma das candidatas à sucessão em 1580 e tal como D. António Prior do Crato era a garantia de uma solução nacional que não teve então sucesso, como vimos.

Aclamado o rei, foi possível a D. João IV obter em pouco tempo o reconhecimento da Inglaterra, França, Suécia e poucos mais. Houve guerra prolongada com a Espanha apoiada pela Áustria – não nos esqueçamos que os reis Filipes são Habsburgos, ou seja, são da Casa de Áustria.

A Inquisição também favoreceu a dominação espanhola e foi hostil à restauração da Independência de Portugal,.

A Guerra da Restauração demora 28 anos de grandes sacrifícios e prejuízos, mas os portugueses, com o auxílio de ingleses e franceses, vencem os espanhóis nas batalhas de Castelo Rodrigo (1644), Linhas de Elvas (1659), Ameixial (1663) e Montes Claros (1665).

Em Fevereiro de 1668 é assinado finalmente o Tratado de Paz com Espanha, e só então a independência de Portugal foi também reconhecida pela Áustria e a Santa Sé.

Para comemorar a Restauração e a vitória na Guerra da Restauração que se lhe seguiu, foi erigido o grande monumento que se encontra, precisamente, na Praça dos Restauradores em Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*,vol V, Porto, Livr. Figueirinhas, 1992.

Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol V, Lisboa, Verbo, 1982

Damião Peres, *História de Portugal*, vol VI, Porto, Portucalense Editora, 1934.

Barbosa Pereira

MADRE TERESA DE CALCUTÁ

Este pequeno artigo é a minha modesta homenagem à Mulher que foi Madre Teresa de Calcutá, e à sua obra em favor dos mais pobres e dos marginalizados em todo o mundo.

Embora seja polémica certas posições que tomou em vida, que no meu entender não são de muita monta, e de reconhecer a minha pequenez perante a sua obra e das suas seguidoras que eu considero admirável. Tendo em conta a indiferença cada vez maior das sociedades contemporâneas, perante os graves problemas que as afectam, nomeadamente a fome, o desemprego e a perda de valores, para os quais não se vê saída nem a curto nem a médio prazo, dada a crise mundial existente a nível económico e não só.

Penso ser grande o significado humano e até transcendente, a retirar por toda a humanidade, desta obra maravilhosa empreendida por esta mulher, que põe a nu, as grandes diferenças existentes de níveis de vida. Em que o luxo e a miséria se entrelaçam, resultando daí situações aviltantes, que põem em causa os valores morais e humanistas, que uma sociedade verdadeiramente desenvolvida e civilizada deveria praticar. tendo em vista o seu bem estar geral, e consequentemente a Dignidade para todos.

A constatação do que acabo de referir, é a existência da obra das Missionárias da Caridade em quase todos os países do mundo. Estando mesmo implantada em países da Europa, que têm um elevado nível de vida, e chamados de ricos.

Deste modo se conclui a necessidade urgente e imperiosa dos governos de todo o mundo, desenvolverem acções concretas e concertadas, de modo a evitarem estas situações gritantes em que já milhões e milhões de seres humanos se encontram, e que para muitos milhares deles, já não existe qualquer esperança de sobrevivência, dado o estado debilitado em que se encontram, a falta de meios e de auxílios que as Instituições no terreno necessitam. E a causa desses próprios países se encontrarem economicamente depauperados, é a ajuda monetária necessária para o seu desenvolvimento não se efectivar. Agravado ainda na maior parte deles, pelos efeitos climatéricos devastadores que, nestas últimas décadas, se têm feito sentir, e da globalização do comércio a nível mundial, para o qual ainda não estão preparados.

Artur Custódio da Silva

MÁRIO CASQUILHO

A que geração pertenceu Mário Casquilho? É difícil dizer. Conheci-o há apenas três ou quatro anos, no início de uma aventura comum: para mim, a de ser candidato ao Parlamento Europeu com vinte anos; para ele, a de tomar, com os seus camaradas do MDP-CDE, a decisão de extinguir a própria sigla partidária – com praticamente tantos anos de história como eu de vida – para possibilitar a criação da primeira lista de cidadãos independentes a eleições nacionais. Subvertendo o espírito da legislação que vigorava (e ainda vigora) em Portugal, a Política XXI foi então uma experiência singular: um ponto de encontro de pessoas e movimentos, que se juntaram com o propósito específico de apresentar um conjunto de propostas nas eleições europeias. A coragem e a generosidade que os membros do MDP demonstraram nessa iniciativa é tanto mais notável quanto eles não tiveram, nem quiseram ter, qualquer controlo sobre a Política XXI – que, em si mesma, continha uma assinalável margem de incerteza.

Essa experiência singular só foi possível graças a um conjunto de pessoas singulares – as do MDP – pela forma completamente desinteressada de estar na política. Entre elas, Mário Casquilho distinguia-se pela profunda honestidade intelectual, pela curiosidade, pelo empenhamento humano e pela disponibilidade para pensar com os outros. Mesmo quando discordava, estava sempre interessado em compreender o ponto de vista de cada um, e talvez por isso tivesse tanta facilidade em se entender com pessoas de idades e experiências muito diferentes da sua.

O seu empenhamento em causas cívicas e democráticas acompanhou-o precisamente até ao fim – do hospital a família recebeu ainda o papel em que Casquilho rabiscou as últimas ideias para as comemorações dos 50 anos do MUD juvenil, em que estava envolvido. Tudo isso foi feito sem qualquer interesse pessoal, sem ilusões ou ambições de ter "peso" político, sem mágoa e sem nostalgia. As próprias comemorações dos 50 anos do MUD juvenil eram sobretudo um pretexto para pensar e agir sobre a sociedade contemporânea. Juntava de forma indissociável a militância e o sentido crítico: estava sempre aberto a questionar-se e a aprender, mas não dispensava o risco de intervir. Andava, como já escrevi noutro lado, sinceramente à procura.

Por tudo isto é que se, na altura da sua morte, uns o lembram como antifascista e fundador do MUD juvenil; outros, pelo percurso crítico que o levou da ruptura com o PCP, em 1969, à fundação das CDE e depois do MDP; por mim é sobretudo lembrado como o corajoso e sincero dirigente do MDP que se empenhou na criação da Política XXI e que, já dentro desta, foi aquele de quem muitas vezes me senti mais próximo nas preocupações e nas perspectivas. E creio que há uma certa justiça em lembrá-lo assim, não porque os episódios do seu passado não tenham sido mais relevantes, mas porque estava sempre sobretudo interessado no presente e no futuro.

O que estávamos longe de imaginar é que pudessemos tão depressa perder, de forma súbita, um dos melhores – e em muitos sentidos dos mais jovens – de nós. Isso custa. Mas, ao mesmo tempo, não há o direito de ficar parado, face ao enorme testemunho de empenhamento nos outros e na vida que o Mário Casquilho nos deixou.

Ivan Nunes

MANUEL TEIXEIRA GIL

Já com esta edição de "O Referencial" encerrada recebemos a dolorosa notícia do falecimento do nosso sócio fundador Cor. Manuel Teixeira Gil.

No próximo número dedicaremos um espaço apropriado a este Homem, este cidadão e este militar, que deixa em todos nós um vazio irreparável.

Camarada exemplar, generoso, de uma entrega total às causas a que se dedicava, corajoso e de uma lealdade frontal, foi uma pedra fundamental no lançamento e consolidação do Movimento dos Capitães e do MFA em Angola. Sem ele e sem o papel decisivo que a sua posição no Agrupamento de Comandos lhe permitiu assegurar, o 25 de Abril poderia ter sido bem diferente, para pior, em Angola, com as previsíveis consequências negativas a nível nacional.

À família do Gil, aos seus amigos, atodos nós, as condolências solidárias de "O Referencial".

P.P.C.

CONVITES FEITOS À A25A

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

Inauguração da exposição de Pedro Sousa (pintura, desenho e gravura)
03-07-97

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Inauguração da exposição "A Censura na Iconografia e na Caricatura Portuguesa"
03-07-97

Inauguração da exposição de Pintura de Maria Raquel Freitas e Álvaro Cruz
22-07-97

Inauguração da exposição de pintura de Sacramento
08-07-97

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

Inauguração das Festas do Concelho 97
18-07-97

Cerimónia da entrega de Condecorações Municipais
23-07-97

Cerimónia de assinaturas da Declaração Europeia Contra o Racismo
23-07-97

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRA

Lançamento do Livro "Vida e Obra do "Príncipe Perfeito" D. João II"
05-07-97

CÂMARA MUNICIPAL DE PINHEL

Inauguração da Rua Dr. Mário Canotilho
20-09-97

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA
CHEFE DO ESTADO MAIOR DA FORÇA AÉREA

Inauguração da Exposição de Escultura de José Aurélio
27-09-97

CLUBE DE PRAÇAS DA ARMADA

Lançamento da Medalha Comemorativa do "Dia da Marinha"
04-07-97

EDITORIAL NOTÍCIAS

Lançamento do Livro "Os homens não tapam as orelhas" de Galopim de Carvalho
08-07-97

JUNTA DE FREGUESIA DA TRAFARIA

Cerimónia da entrega dos prémios aos restaurantes que participaram na 2.ª Festa do Peixe e do Marisco da Freguesia da Trafaria
02-08-97

SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO ARTÍSTICA PIEDENSE

Cerimónia de Abertura - "24 Horas a Nadar"
-97

OFERTAS FEITAS À A25A

- **MANUEL RODRIGUES LAPA (Fotobiografia) de José Feraz Diogo**
Oferta do Autor (sócio da A25A)

- **O 15 DE MOULINET, de Raúl Simões Pinto**
Oferta do Autor (apoiante da A25A)

- **LA REVOLUÇÃO DE LOS CLAVELES EN PORTUGAL, de Josep Sánchez Cervelló**
Oferta do Autor

- **PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL (N.° 19/Janeiro/97), da Alta Autoridade para a Comunicação Social**
Oferta da A.A.C.S.

- **REVISTA PORTOS, da A.P.A.J.P.**
Oferta do sócio Vitor Ramos da Costa

- **CONJUNTO DE PUBLICAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DO INFANTE D. PEDRO E AS ORIGENS DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES, de Alfredo Pinheiro Marques**
Oferta do Autor

ASSOCIADOS FALECIDOS

ANTÓNIO RAMOS
Sócio efectivo n.° 37 (Fundador)

MANUEL TEIXEIRA GIL
Sócio efectivo n.° 1197 (Fundador)

DUARTE JUSTINIANO DA ROCHA VIDAL
Sócio efectivo n.° 2228

ANDRÉ JEAN PARASHI
Apoiante n.° 2569

MÁRIO PRISTA ALVES CASQUILHO
Apoiante n.° 701

NOEL CALADO LIMA
Apoiante n.° 1294

A todos os seus familiares, as nossas sinceras e profundas condolências.

ENCONTRO DOS ORGÃOS SOCIAIS DA A25A

Procurando analizar, dissecar e entender a realidade "Associação 25 de Abril", em 1997, realizou-se o 2.° Encontro dos orgãos sociais da nossa associação.

Em 12 de Julho passado reunimo-nos – membros dos orgãos centrais e das delegações e núcleos – nas instalações do Ateneu Comercial do Porto e aí debatemos durante dois dias, a situação da A25A, a sua essência e razão de ser e o seu futuro.

Foi uma reunião animada onde foram apontados alguns problemas e sugeridas soluções para os mesmos (sempre na base das enormes dificuldades de natureza vária, que a A25A enfrenta). De realçar a importância que se considerou dever ser dada às escolas e à juventude, como alvo da actividade da A25A. Bem como a necessidade de integrar a nossa acção na actividade mais vasta do trabalho de professores e alunos no âmbito da área-escola, devendo ser levada a cabo sempre apoiada na colaboração de professores e alunos, bem como de outras instituições, sejam autarquias, sindicatos, ministérios e suas dependências.

Como sempre, foi relativamente fácil fazer o diagnóstico da situação e até apontar-lhe algumas soluções. Vamos ver se, em conjunto, conseguiremos dar-lhe continuidade... quero crer que sim.

Considero de toda a justiça realçar a forma extraordinária como a Delegação do

Norte organizou o Encontro e como recebeu os seus participantes. Assim proporcionando uma jornada de franco e óptimo companheirismo e camaradagem. Para além do esforço dos responsáveis pela Delegação Norte, há que salientar o apoio que eles obtiveram da Câmara Municipal do Porto, da Câmara Municipal de Gaia, do Ateneu Comercial do Porto e do grupo de fados do Sindicato dos Bancários do Norte, todos contribuindo para a criação de uma óptima jornada.

Por último, saliente-se a oportunidade de contacto com o vereador da CMP, prof. dr. Oliveira Dias, durante o jantar que a autarquia nos ofereceu (onde participou em representação do presidente da Câmara, juntamente com o presidente da Assembleia Municipal, prof. dr. Manuel Duarte Baganha). Contacto que possibilitou a reapresentação do velho problema da sede para a Delegação Norte e que daria resultados imediatos. Se outras razões não houvesse, o que não é o caso, só isso justificaria plenamente a realização deste 2.° Encontro.

E, agora, avancemos com a concretização das decisões tomadas e... preparemos o 3.° Encontro.

V. L.

Por ocasião da realização de uma acção de sensibilização da opinião pública e das instituições, enviámos à USB/CGTP-IN a seguinte mensagem:

A Associação 25 de Abril saúda a USB / CGTP-IN e, nela, todos os trabalhadores portugueses (inscritos ou não nessa grande confederação geral de trabalhadores), por ocasião de mais uma jornada de luta pelos direitos dos trabalhadores portugueses, a que o 25 de Abril de 1974 abriu as portas.

É com muito interesse e grande solidariedade que a Associação 25 de Abril vem assistindo à luta dos trabalhadores portugueses, normalmente através das suas organizações sindicais, pela consolidação e melhoria dos seus direitos e das suas condições de trabalho. Nesse âmbito, assume papel importante o regime do horário de trabalho. Alcançada que foi a meta, mais que justificável, das 40 horas semanais, não é lícito, não pode ser permitido que, através de subterfúgios e de jogadas de baixa política, se subverta a decisão que tanto custou aos trabalhadores.

Por isso, a Associação 25 de Abril vos manifesta o total apoio e solidariedade, no sentido de que o horário das 40 horas semanais não venha a pôr em causa outros legítimos direitos dos trabalhadores e / ou piorar as suas condições de trabalho.

Nesse sentido, a Associação 25 de Abril junta a sua voz aos que exigem da Assembleia da República a clarificacão da situação, através de uma lei interpretativa.

A A25A dirigiu uma mensagem ao Embaixador de Espanha em Portugal, por motivo da morte do cidadão espenhol Miguel Angel Blanco. É essa mensagem, juntamente com a resposta do referido Embaixador, que transcrevemos.

A Associação 25 de Abril manifesta ao povo espanhol, através do seu representante em Lisboa, a sua total condenação pelo assassínio do cidadão espanhol Miguel Angel Blanco, cometido pela ETA.

Como representantes dos militares de Abril e depositários dos seus valores de liberdade, democracia e paz, queremos apresentar-vos a nossa profunda solidariedade e os nossos votos de paz para todo o povo espanhol.

Com os nossos melhores cumprimentos e elevada consideração,

Em nome do Povo espanhol e do meu Governo, agradeço muito sensibilizado as emocionais palavras de solidariedade da Associação 25 de Abril, por ocasião do assassinato do autarca do Partido Popular de Ermua, D. Miguel Angel Blanco Garrido. Confiamos que este sofrimento faça brotar a força que acabe com tanta violência irracional.

Envio-lhe os meus melhores cumprimentos, que peço faça extensivos aos membros da Associação.

SEDES

NACIONAL

Finalmente estamos prestes a conseguir obter a licença para as necessárias obras de reconstrução do edifício da futura sede. O processo está mesmo na fase final e as obras poderiam começar no início do próximo mês de Outubro.

Digo poderiam, pois este atraso provocou-nos um novo problema que estamos procurando resolver.

Como é do conhecimento dos associados, tínhamos um contrato (para a primeira fase das obras) com a Construtora Abrantina, assinado desde Agosto de 1996.

Acontece que este atraso levou a referida empresa a propor-nos revisão de custos, de todo em todo inesperada e inaceitável. Por razões diversas, desde um mau cálculo da responsabilidade da empresa, ao aumento "tipo geométrico" de alguns custos, a proposta atingiu quase um aumento de 100%. Como é compreensível, não a aceitámos e a solução mutuamente acordada foi a de anular o contrato existente. Em consequência, a A25A irá fazer nova consulta a empresas de construção, agora já para a totalidade da obra.

Esta situação trouxe-nos, no entanto, um novo problema, nada pequeno: as verbas existentes já são insuficientes para as obras necessárias. Por isso, estamos tentando ultrapassar o problema junto do Governo. Convictos de que um governo do PS não irá apoiar-nos menos do que o governo do PSD nos apoiou.

Com este atraso todo, que esperamos não se agrave, contamos iniciar as obras durante os meses de Novembro/Dezembro próximos e ocupar a nova sede a tempo de ai comemorarmos o 25.º aniversário do 25 de Abril.

NORTE

Na sequência dos contactos feitos durante o 2.º Encontro dos grupos sociais, recebemos a boa informação de que o vereador Oliveira Dias obtivera a concordância do presidente da Câmara Municipal do Porto, dr. Fernando Gomes, numa solução para a cedência de instalações para a sede da Delegação Norte da A25A (sem qualquer dispêndio para a A25A).

Nesse sentido, o presidente da Direcção da A25A deslocou-se ao Porto na segunda semana deste mês de Setembro, aí se reunindo com o referido vereador, dr. Oliveira Dias, juntamente com o presidente da Direcção da Delegação Norte, tendo visitado as instalações propostas, situadas na zona histórica do Porto, mesmo junto ao rio Douro.

O espaço previsto, solução que nós aceitámos e está agora a correr os circuitos de decisão administrativo/burocrático (acreditamos que a decisão e solução sejam rápidas) não será um espaço óptimo, não responderá a todas as necessidades que a Delegação Norte tem, não evitará a necessidade de outros espaços para determinadas actividades, mas é o suficiente e constitui uma resposta aos desejos e necessidades mais prementes.

Contamos, em breve, voltar ao Porto para a assinatura do protocolo com a CMP e para a inauguração da sede da Delegação Norte.

V. L.

COLABORE COM A A25A

ESCLARECIMENTO

No artigo que o sócio Fisher Lopes Pires escreveu - a pedido da direcção - sobre a morte do Viriato Camilo é afirmado que "Da sua cabeça vieram ideias magníficas e espectaculares, algumas das quais o desinteresse de possíveis entidades patrocinadoras e da própria Associação acabou por tornar inviáveis."

Não pretendemos entrar em polémica, até pelo enorme respeito que o Viriato Camilo nos merece, no entanto não podemos deixar de reafirmar que **NUNCA A ASSOCIAÇÃO MOSTROU MENOS INTERESSE, E MUITO MENOS DESINTERESSE, POR QUAISQUER PROPOSTAS FEITAS PELO VIRIATO CAMILO.**

A DIRECÇÃO

PAGUE AS QUOTAS

VAMOS APRENDER BRIDGE! (37)

Realçámos no último artigo a importância das REABERTURAS, como já o haviamos feito quando abordámos o tema das INTERVENÇÕES.

Em ambos os casos a nossa linha vai tentar avocar marcações em leilões que foram abertos pela linha adversária ou interferia nas suas marcações.

Se fizermos um estudo cuidadoso facilmente concluiremos que, face ao número de vezes em que conseguimos ganhar o leilão e o respectivo contrato após a abertura dos adversários, contabilizando no nosso lado parciais da ordem dos 110, 140 ou 170 pontos ou marcando cabides nos valores de 50, 100 ou 200 pontos em consequência da competitividade que trouxemos ao leilão, obrigando a outra linha a ultrapassar o nível das suas possibilidades, os valores dos parciais e os dos cabides têm, de facto, muito maior significado, **em extensão do jogo**, que os resultados conseguidos com a marcação de chelems, contratos que deixam em êxtase jogadores menos atentos.

Façam as contas e vejam quais serão, **de facto**, mais rentáveis: – Os chelems ou os parciais?

Em 100 mãos quantos chelems aparecem em média?

E quantos parciais? Verão que a relação é de cerca de 6 para 40.

Se se quiserem dar a esse trabalho ficarão surpreendidos com os resultados e talvez essa confirmação vos faça dar maior e real valor às vozes de INTERVENÇÃO e às REABERTURAS.

1 - COMO E QUANDO REABRIR OS LEILÕES

As vozes mais utilizadas nas REABERTURAS são:

a - Reabertura em 1ST.
b - Reabertura em naipe.
c - Reabertura em dobre.

Menos habitualmente também poderão ser utilizadas:

d - Reabertura em cue-bid
e - Reabertura anunciando bicolores, normalmente em 2ST.

a - Reabertura em 1ST

Deve utilizar esta voz quando o seu jogo apresentar as seguintes características:

– Tiver uma força entre os 10 e os 12PH;

– Uma distribuição regular (4-3-3-3, 4-4-3-2 ou até 5-3-3-2 sendo o naipe quinto de ♣ ou de ♦ e pouco consistente);

– Possuir, no mínimo, uma defesa no naipe dos ADV.

No leilão:

N	E	S	W
1 ♠	Passo	Passo	?

W com a mão:

♠ RV10
♥ R95
♦ D1082
♣ R5

deverá reabrir o leilão com a voz de 1ST

b - Reabertura em naipe

Deve anunciar um naipe, ao reabrir um leilão, quando o seu jogo apresentar as condições:

– Uma força mínima de 7/8PDH e **até** ao valor de uma abertura (13PH ou 14PDH)

– Possuir um naipe com, pelo menos, 5 cartas.

Não se assuste por ir falar apenas com 7/8PDH. Lembre-se que o seu parceiro tem jogo, podendo até ter uma mão forte e ter ficado "entupido" com a abertura do ADV, por possuir comprimento no naipe anunciado.

Se, por acaso, o abridor tiver uma mão extraordinariamente forte e nós, ao reabrirmos, fomos "acordar o leão adormecido", paciência!

A percentagem das vezes em que as nossas reaberturas têm sucesso, compensam bem alguns "barretes" que, eventualmente, tenhamos que enfiar!

O que é importante é adoptarmos uma linha de actuação uniforme e criteriosa e a média dos resultados favoráveis penderá para o nosso lado.

Com a mão:

♠ D102
♥ R10743
♦ 92
♣ A84

E com o leilão:

N	E	S	W
1 ♦	Passo	Passo	?

Não hesite e anuncie 1 ♥.

O anúncio do naipe da reabertura poderá ter de ser feito ao nível 2, no caso de ser em naipe mais barato do que a do anunciado pelo ADV.

As condições para reabrir o leilão permanecem como as indicadas anteriormente.

Hoje em dia, face à "agressividade" existente nos leilões, muitos jogadores utilizam a técnica de reabrirem o leilão anunciando naipes em salto.

Esse anúncio em salto não tem que ver com a força da mão, como antigamente acontecia mas, tão somente, com a consistência e comprimento do naipe da reabertura. Este deverá ter, no mínimo, 6 cartas com duas figuras.

É óbvio que se incluir esta técnica de marcação em semi-barragem no seu sistema, não se esqueça de o comunicar ao seu parceiro, prevenindo eventuais catástrofes.

c - Reabertura em dobre

Dobrar a abertura do ADV ou o leilão da linha contrária é, talvez, a forma mais comum de reabrir os leilões.

Não são exigidos grandes condicionantes nas distribuições dos naipes no jogo do reabridor, ainda que seja aconselhável que com mãos muito fracas (7/8PH) a mão esteja curta no naipe de abertura.

A reabertura por dobre, ainda que feita com mãos fracas, vai encontrar algumas vezes o parceiro com uma mão forte e com um comprimento no naipe do ADV.

Nesses casos o parceiro transforma o dobre de chamada em dobre punitivo com resultados surpreendentes e só possíveis graças à reabertura.

Com a mão em E:

♠ D1043
♥ A975
♦ R932
♣ 4

E com o leilão:

N	E	S	W
1 ♣	Passo	2 ♣	Passo
Passo	?		

Haveria que reabrir o leilão com: DOBRO

d - Reabertura em cue-bid

Esta forma de reabertura poderá ser utilizada quando a mão do reabridor for extraordinariamente forte (com uma força muito próxima duma abertura em 2 ♣).

Assim sendo temos a noção de que será um anúncio muito raramente utilizado, dada a probabilidade da quase totalidade dos pontos se encontrarem na posse de apenas dois dos jogadores (no abridor e no reabridor).

Mas, porque pode acontecer, aqui fica uma solução para essa anormal distribuição dos pontos.

e - Reabertura anunciando bicolores

Quando a mão do jogador, em posição de reabrir o leilão, possuir dois naipes de 5, ou mais, cartas, há forma de indicar ao parceiro esse tipo de mão distribuicional.

A forma mais difundida para resolver esta situação é anunciar 2ST após a linha contrária ter aberto num naipe que foi apoiado pelo parceiro do abridor.

Obviamente que o nosso parceiro sabe que, ao reabrirmos o leilão em 2ST, a nossa mão é um bicolor e não uma mão balançada com estranhas defesas num naipe de abertura que, ainda por cima, mereceu o apoio do parceiro do abridor.

Após a reabertura haverá que vozear com cuidado e de maneira economicamente crescente por forma a identificar primeiro o bicolor para depois escolher qual o melhor contrato.

Suponhamos o leilão:

N	E	S	W
1 ♦	Passo	2 ♦	Passo
Passo	2 ST	Passo	3 ♣
Passo	3 ♥	Passo	3 ♠
Passo	Passo	Passo	

O jogador em W após anunciar 3 ♣ e ouvir o parceiro dizer 3 ♥ imediatamente deduzir que o bicolor anunciado com a voz de 2ST era feito com ♥ e ♠, **visto que se um dos naipes do bicolor fosse ♣ o parceiro teria passado**.

Como W tinha mais cartas em ♠ do que em ♥ limitou-se a fazer uma escolha restrita, anunciando 3 ♠.

Até ao próximo número
Luis Galvão

(Continuação da pág. 1)

consciente de que o governo português não pode assumir o financiamento directo da resistência armada timorense, pergunta se o governo encara a hipótese de financiar a resistência no seu conjunto. A primeira questão parece despropositada, pois as FALINTIL têm de se assumir como expressão armada da resistência do povo maubere contra a agressão e ocupação estrangeiras, e aí reside a sua legitimidade, e não como parte das forças armadas da potência administrante, *de jure* que não *de facto*. À segunda questão o governo apressou-se a responder que um contributo desse tipo é "imcompatível" com o estatuto de potência administrante e "prejudicaria" mesmo a própria representatividade e legitimidade da resistência. Já abordámos este tema neste mesmo espaço, no número 45 de OUT/DEZ 96, enquadrando as responsabilidades de Portugal, face à agressão indonésia a Timor-Leste, na legítima resistência armada que o seu povo conduz e nos preceitos da constituição da República Portuguesa. Quanto a esta última posição do governo parece-nos, no mínimo, que seria conveniente que este esclarecesse porque é que o apoio pedido por Konis Santana é incompatível com o estatuto que Portugal assume neste contexto e porque é que esse apoio prejudicaria a legitimidade da resistência. Sem esses esclarecimentos esta posição apresenta-se como demasiado axiomática e pouco convincente, parecendo mais uma fuga às responsabilidade do que a justificação de uma atitude enquadrada numa estratégia coerente.

3. A revista "Pública", suplemento do jornal "Público" de 31 de Agosto, inclui uma longa apreciação de António Barreto (AB) aos 3 volumes da entrevista de Maria João Avillez a Mário Soares. Não é este o espaço apropriado nem me motiva comentar o comentador, que não consegue deixar de se enredar nas fragilidades daqueles que tudo criticam porque de tudo entendem e que, na sua omnisciência, deixam implícita a ideia de que tudo o que os outros fizeram – e fizeram mal – eles resolveriam numa penada. AB insere-se num determinado grupo, que está na moda, e na sua arrogante auto-suficiência se recusa a aceitar que o 25 de Abril não se tenha limitado a, um simples golpe de mágica, derrubar a ditadura e em seu lugar instalar, confeccionado e pronto a servir, um regime democrático de direito. Que não consegue perceber que o período revolucionário não foi mais do que o inevitável período de transição do golpe de Estado militar para a constitucionalização da democracia, com as perturbações naturais de uma situaçao de gozo excessivo da liberdade reinstaurada alimentadas pela luta pelo poder, pelo vazio legal, pela sêde da participação popular. Grupo que tem, como "alvo de estimação", os militares que estiveram no 25 de Abril, porque, bem lá no fundo, o que não perdoam, é que tenham sido esses militares a conseguir, com êxito, aquilo que eles gostariam de ter feito mas não conseguiram – o derrube da ditadura. São muitos os sinais desta reserva mental, que AB exibe no seu texto. Apenas saliento uma que é paradigmática. Afirma, em certa passagem, que Mário Soares "*(...) em 1974 e 1975, fez parte de governos infames (...)*. Os governos de que Mário Soares fez parte, em 1974 e 1975, foram os I, II, III e IV Governos Provisórios, compostos por personalidades dos vários partidos políticos representando os sectores de opinião que haviam lutado contra a ditadura do Estado Novo, a que se juntavam militares pertencentes ou ligados ao Movimento das Forças Amadas que levara a cabo, com sucesso, o golpe militar, e pessoas independentes identificadas com as propostas democráticas do 25 de Abril. Eram governos de coligação formando um leque que ia dos monárquicos aos comunistas, passando pela ex-ala liberal do marcelismo, pelos socialistas mais ou menos radicais, pela frente ampla do MDP. Governos que, certamente, vieram a ter vidas difíceis com a radicalização do período revolucionário, mas cuja composição correspondia ao desejo de que, no renascimento do Portugal democrático, participassem todos os que, das mais variadas formas, haviam colaborado na luta contra a ditadura salazarista e marcelista. Infames estes governos? Porquê? Pena AB não esclarecer que soluções tinha idealizado, nas suas lucubrações intelectuais no exílio incómodo e arriscado da Suíça, que proporcionassem uma transição com governos menos "infame". E assim se vai fazendo a pedagogia do 25 de Abril. Com infâmias ...

PEDRO PEZARAT CORREIA